



11161428



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	04/03/2020	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
2.	Luiz Pontel de Souza	SE
3.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
4.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
5.	Lucas Alves de Lima Barros de Góes	AFEPAR
6.	Fernanda Regina Vilares	AEAL
7.	Vladimir Passos de Freitas	SENAJUS
8.	Fabiano Bordignon	DEPEN
9.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
10.	David de Lima Freitas	SPO
11.	Carlos Alberto dos Santos Silva	AECI
12.	Ivan Gomes Bonifácio	SENAJUS
13.	Freibergue Rubem do Nascimento	SENASP
14.	Vinícius Oliveira Braz Deprá	SEOPI
15.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE

16.	Aline Rosa Roriz	CGGE
17.	Juliana Coelho Antero	CGGE
18.	Elisa Rachadel Andrijic Petro	CGGE
19.	Matheus Felipe Gomes Galvão	SE
20.	Miguel Lodi Carvalho	SENAD
21.	Helena Melo Moura	SENAD
22.	Giovanni Magliano	SENAD
23.	Annalina Trigo	SENAJUS
24.	Luiz Alberto Matos dos Santos	SENAJUS
25.	Leonardo Soares Barreiros	SE
26.	Alexandre Patury	SENAJUS
27.	Andre Zaca Furquim	SENAJUS
28.	Leonardo Bueno de Melo	DTIC
29.	Débora de Souza Januário	SAA
30.	João Pinto Rosa	FUNAI
31.	Diogo Dominici Soriano	SENAD
32.	José Washington L. Santos	SEOPI
33.	Alfredo José de Souza Junqueira	PF
34.	David Menegon	SENACON
35.	Ciro Ferreira	PRF
36.	Vinicius Eloy dos Reis	CADE
37.	Lívia de Paula M. Pereira	ASINT
38.	João Bosco Teixeira	CONJUR
39.	Kátia de Q. D. Baroni	OUV
40.	Renata Martinelli	ASCOM
41.	Cristiane Sales	ASCOM
42.	Caroline Muniz	ASINT
43.	Marcelo Stelmacki	DEPEN

44.	Eduardo Muniz	PRF
45.	Leonardo Bernardes	SENACON
46.	Fernanda Carvalho Andrade Campos	FUNAI
47.	Leonardo de Melo Costa	CGGE
48.	Charles Gonçalves	SENASP
49.	Andrezza Klug	GM
50.	Zaira Spohr	SPO

PAUTA:

1. Abertura;
2. Informes GM;
3. Validação da revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023;
4. Informes SPO;
5. Monitoramento do Planejamento Estratégico - panorama de projetos e indicadores em janeiro/2020: SENASP, SENAJUS e DEPEN;
6. Informe SAA;
7. Gestão de riscos, gestão de integridade e controle interno;
8. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. Com a abertura do Secretário- Executivo, Sr. Luiz Pontel, a pauta da reunião foi apresentada aos presentes.
2. Em seguida, passou a palavra para a Chefe de Gabinete do Ministro, Sra. Flávia Blanco, a qual noticiou sobre o acompanhamento pela Casa Civil de determinados projetos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, considerados projetos prioritários pela Presidência da República. Por esse motivo, informações vêm sendo solicitadas às unidades para fins de atualização e formulação da Agenda Mais Brasil, que consistirá na prestação de informações para a comunidade por meio de um portal eletrônico, onde o cidadão poderá se cadastrar e recebê-las via WhatsApp. Dessa forma, solicitou às áreas comprometimento e compreensão para demandas que tiverem necessidade de resposta tempestiva.
3. Logo após, o Sr. Helvio Peixoto informou sobre a nova iniciativa no Ministério, e parte do projeto estratégico "Inteligência analítica aplicada no combate à corrupção, lavagem de dinheiro e em ações de segurança pública". Trata-se de curso de formação em especialista de dados (*Coding Bootcamp*), com capacidade analítica, que tem como objetivo a compreensão de conceitos de programação, algoritmos e análise de dados para servidores que não possuem formação na área de tecnologia da informação. Será um curso intensivo, em parceria com a Enap, ofertado aos servidores em situação funcional de ativo permanente dos órgãos e das entidades vinculadas ao MJSP (servidores "da casa"), com duração de três meses em tempo integral. Inicialmente, o curso disponibilizará 08 (oito) vagas, com possibilidade de serem ampliadas de acordo com a adesão. Comunicou que processo SEI específico será enviado às unidades solicitando a indicação de um servidor a ser formado no curso. Tal servidor será, portanto, considerado referência em *Big Data* na área.
4. Na sequência, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento substituto, Sr. David Freitas, apresentou sobre o processo de Revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023. A referida

revisão foi realizada entre os meses de janeiro e fevereiro de 2020. Primeiramente, o escopo da revisão consistia apenas em ajustes nos cronogramas (revisão de entregas, atividades e datas). No entanto, foi acrescentada, em momento posterior, excepcionalmente, a possibilidade de ajustes pontuais em metas e proposição de novos projetos. Informou que, após encerrado o prazo, as alterações sugeridas pelas unidades foram previamente analisadas e validadas pelo Gabinete do Ministro - GM e pela Secretaria-Executiva - SE, bem como submetidas à apreciação dos titulares e dos pontos focais com o envio dos documentos, via e-mail em 26 de fevereiro de 2020.

5. Tendo como referência os documentos disponibilizados, o Secretário-Executivo, Sr. Luiz Pontel, submeteu a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023 para deliberação do Comitê de Governança Estratégica - CGE, aprovada sem ressalvas.
6. O Subsecretário de Planejamento e Orçamento substituto, Sr. David Freitas, tratou ainda sobre a Carteira de Políticas Públicas, em que foi realizado trabalho de mapeamento das políticas públicas da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. A atualização da carteira de políticas públicas contou, portanto, com a inclusão de 11 políticas sob responsabilidade da área. Após explanação, o Sr. Luiz Pontel conduziu a validação do documento junto aos membros do Comitê, sendo aprovada a alteração a carteira de políticas públicas do MJSP.
7. Finalizando a pauta da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, o Sr. David Freitas informou sobre a votação dos vetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020 e seus impactos na gestão do orçamento do MJSP.
8. Dando continuidade à pauta, o monitoramento do Planejamento Estratégico 2020-2023 foi realizado a partir da explanação do andamento dos projetos estratégicos selecionados em reunião anterior, bem como dos resultados de alguns indicadores. A Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, por meio do Secretário Adjunto, Sr. Freibergue do Nascimento, iniciou a apresentação com o projeto Em Frente Brasil e o indicador Percentual de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta. O referido projeto encontra-se com andamento satisfatório, com a elaboração de 200 ações a serem entregues aos estados e às prefeituras para validação, sendo selecionada uma ação prioritária por cidade (totalizando cinco) para dar início à segunda fase do projeto. Dentre as cinco ações escolhidas, uma será selecionada para ser realizado evento com a presença do Presidente da República. Quando da segunda fase, mais cinco ações serão escolhidas para manter a impulsão. O indicador, por sua vez, foi estabelecido para o ciclo de Planejamento Estratégico 2020-2023, com periodicidade semestral, não apresentando coleta até o momento da reunião. Coube, no entanto, registrar o engajamento dos municípios em relação ao enfrentamento à criminalidade violenta.
9. Em seguida, a Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUS, por meio da Diretora do Departamento de Promoção e de Políticas de Justiça, Sra. Annalina Trigo, fez a exposição do projeto Reestruturação da Estratégia Nacional de Não Judicialização – ENAJUD para Estratégia Nacional de Políticas de Justiça – EJUS. Dentre as atividades previstas em seu cronograma, apenas uma não foi terminada, apresentando conclusão de 90%. O projeto tem como objetivo a modernização do sistema de justiça, a democratização do acesso à justiça e a promoção da cidadania. A Estratégia idealiza ser um ambiente de articulação em que seus atores se relacionem e possam conjuntamente encontrar soluções para os problemas reais. No ano de 2019, duas políticas foram escolhidas como prioritárias na EJUS, que se tornaram dois pactos assinados por diversos ministérios: o Pacto Nacional pela Escuta Protegida – visa evitar a revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência; e o Pacto pelas Mulheres – voltado para evitar a violência contra a mulher. O Pacto Nacional pela Escuta Protegida envolveu as ações de elaborar minuta de fluxo geral, a partir de reuniões bilaterais com os órgãos e entidades envolvidos, bem como discutir e aprovar a adoção do fluxo geral para que todos os atores tenham consenso mínimo para que se consiga alcançar o objetivo do pacto em questão. Já no âmbito do Pacto pelas Mulheres, diversas ações foram realizadas, dentre elas: apresentações de proposta normativa ao Ministro da Justiça e Segurança Pública; apoio a aprovação de projetos em tramitação no Congresso Nacional; mapeamento de boas práticas e geração de renda; lançamentos de campanhas em mídias sociais do MJSP; operação Marias, com mandados de prisão ?; capacitação de agentes de segurança

pública. No que diz respeito ao indicador Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimento decididas, o Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o Sr. Luiz Alberto Santos, destacou alguns aspectos importantes de sua execução no ano de 2019, uma vez que o indicador permanece no ciclo do Planejamento Estratégico 2020-2023, com alterações na descrição da meta. No entanto, a coleta referente ao mês de janeiro não havia sido realizada até a ocasião. Em 2019, com meta prevista para 80%, o resultado obtido até dezembro foi de 88% de processos decididos, representados por um total de 34.768 decisões e solicitações de decisões de residências, realizadas em sua maioria por empresas. Informou também que cada solicitação de residência possui uma taxa de processamento e avaliação de R\$ 168,13 em que cada interessado deve recolher junto ao Tesouro Nacional, resultando em 2019 em uma arrecadação de R\$ 6.357.371,36. Trouxe também as principais nacionalidades solicitantes de autorização, com destaque para China e Filipinas.

10. Na sequência, o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, o Sr. Fabiano Bordignon, apresentou o indicador Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborais. O referido indicador foi mantido do ciclo de planejamento anterior para o ciclo do Planejamento Estratégico 2020-2023. No entanto, assim como observado com os demais indicadores apresentados na reunião, a coleta referente ao mês de janeiro não havia sido realizada. Dessa forma, foram apresentados os dados de 2019, cuja meta para o indicador era de 150.000 pessoas trabalhando, com uma população carcerária de 773.151 presos, com um alcance de 143.561 pessoas no primeiro semestre de 2019. Já para o novo ciclo de planejamento estratégico, a meta é de 275.000 pessoas em atividades laborais até 2023. Explicou ainda que a cada três dias de trabalho, há um dia de remissão (um dia a menos na prisão). Passando a palavra ao Coordenador-Geral de Inteligência Penitenciária, o Sr. Marcelo Stelmacki falou sobre o projeto Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN e seus principais produtos. Projeto existente desde 2015, o SISDEPEN passou por diagnóstico, análise e reformulação de suas políticas no ano de 2019, dividido em três eixos: i) SISDEPEN estatística – módulo de formulário eletrônico declarativo preenchido pelos diretores de unidades prisionais e validados pelo gestor estadual. As informações preenchidas, por sua vez, alimentam painéis de BI, disponível no site do DEPEN, permitindo maior transparência ativa; ii) SISDEPEN gestão – selo de gestão qualificada de serviços penais (*ranking* das unidades prisionais), que leva em consideração quesitos estabelecidos pelo DEPEN para realizar a classificação, tendo como base os dados do SISDEPEN. Cabe destacar que este produto ainda não foi lançado, e será posteriormente disponibilizado no site do Departamento; e iii) SISDEPEN indivíduos – consolidação das bases de dados de todo o sistema penitenciário brasileiro dos estados. O desenvolvimento do eixo ainda está em andamento, com 71% da população ativa na base. Trata-se de produto sigiloso e seu painel não será disponibilizado externamente por se tratar de dados pessoais.
11. Dando continuidade à pauta, a Subsecretária de Administração substituta, Sra. Débora Januário, versou sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações 2021. Nesse sentido, os órgãos deverão planejar suas contratações e encaminhar para o Ministério da Economia, após a aprovação da autoridade máxima do órgão, até o prazo de 30 abril de 2020. O cronograma de construção do Plano 2021 foi aprovado por todas as unidades presentes em reunião do Comitê de Governança Administrativa – CGA, em 05 de fevereiro, e encaminhado via Ofício-Circular para ciência de todas as áreas do Ministério quanto ao início dos trabalhos. Pediu ainda a colaboração e a atenção das unidades para que as informações sejam enviadas de forma completa, de modo a possibilitar a consolidação adequada e a realização de um planejamento a ser efetivamente cumprido. O processo encontra-se em fase de inclusão de demandas das unidades em formulário disponibilizado e no Sistema Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC.
12. Na sequência, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, versou sobre a Consultoria da Controladoria-Geral da União – CGU e as próximas etapas em curso. Informou que a Minuta do Plano Nacional de Segurança Pública – PNSP já foi submetida à análise e validação da alta administração do Ministério, e se encontra em processo de ajuste após considerações do Ministro da Justiça e Segurança Pública e do Secretário-Executivo. Após as adequações solicitadas, possivelmente, na primeira quinzena de março, o documento será disponibilizado para consulta

pública. Com relação ao Programa de Integridade, a Assessoria Especial de Controle Interno – AECI está analisando os gerenciamentos de riscos elaborados por todas as unidades, com previsão de serem realizados eventuais ajustes. Acerca dos Pilotos de Risco, comunicou o início dos trabalhos na Polícia Rodoviária Federal – PRF, e posteriormente na Polícia Federal – PF. Já sobre o Relatório de Gestão exercício 2019 foi apresentado a todos na reunião o documento que está em elaboração, em um panorama geral, para conhecimento de seu *layout* e de determinadas informações contidas no relatório. O Assessor Especial enfatizou ainda para que as unidades enviem as pendências de informações solicitadas com a maior brevidade possível, uma vez que o prazo de resposta já se findou.

13. Por fim, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, mencionou que as unidades responsáveis pela apresentação de projetos e de indicadores na próxima reunião serão: GM (Projeto Inteligência analítica aplicada no combate a corrupção, lavagem de dinheiro e ações de segurança); Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON (Projeto Disponibilização do Sistema Recall.gov.br) e um indicador a escolha; e Secretaria de Operações Integradas – SEOPI (Projeto Sistema inteligente de Consciência Situacional) e um indicador a escolha.
14. Complementarmente, a Coordenadora-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional, Sra. Claudete Trapp, enfatizou a importância da assinatura das atas de reunião do CGE pelos titulares das unidades, pois garante a celeridade em todo o processo de disponibilização e promoção da transparência de informações do Sistema de Governança no site do MJSP.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 16/03/2020, às 11:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ROSA RORIZ, Administrador(a)**, em 16/03/2020, às 11:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELISA RACHADEL ANDRIJIC PETRO, Administrador(a)**, em 16/03/2020, às 11:45, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA COELHO ANTERO, Chefe da Divisão de Planejamento, Processos e Apoio à Governança**, em 16/03/2020, às 11:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 16/03/2020, às 12:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo José de Souza Junqueira, Usuário Externo**, em 16/03/2020, às 16:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CIRO VIEIRA FERREIRA, Usuário Externo**, em 16/03/2020, às 16:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 16/03/2020, às 18:14, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 16/03/2020, às 18:22, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assistente Técnico(a)**, em 16/03/2020, às 18:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretario(a) de Operações Integradas**, em 16/03/2020, às 18:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO, Coordenador(a)-Geral de Licitações e Contratos**, em 16/03/2020, às 19:17, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **VINÍCIUS OLIVEIRA BRAZ DEPRÁ, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 16/03/2020, às 21:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Giovanni Magliano Júnior, Diretor(a) de Gestão de Ativos**, em 16/03/2020, às 21:50, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FREIBERGUE RUBEM DO NASCIMENTO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 16/03/2020, às 22:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Barbosa Muniz, Coordenador(a) de Assuntos Internacionais**, em 17/03/2020, às 07:38, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 17/03/2020, às 09:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 17/03/2020, às 10:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **HELENA MELO MOURA, Coordenador(a) de Administração**, em 17/03/2020, às 10:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LIVIA DE PAULA MIRANDA PEREIRA FRAUCHES, Coordenador(a)-Geral de Assuntos Internacionais**, em 17/03/2020, às 11:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Andre Zaca Furquim, Diretor(a) do Departamento de Migrações**, em 17/03/2020, às 13:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID MENEGON, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 17/03/2020, às 13:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Bordignon, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 17/03/2020, às 14:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Regina Vilares, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos**, em 17/03/2020, às 17:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vladimir Passos de Freitas, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 17/03/2020, às 19:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Zaira Spohr, Chefe da Divisão de Apoio**, em 19/03/2020, às 10:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 19/03/2020, às 13:32, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 19/03/2020, às 14:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 19/03/2020, às 18:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Washington Luiz Santos, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Operações Integradas**, em 23/03/2020, às 10:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Eloy dos Reis, Usuário Externo**, em 23/03/2020, às 14:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **KATIA DE QUEIROZ DOMINGUES BARONI, Assistente Técnico(a)**, em 24/03/2020, às 13:13, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREZZA CRISTINA CARDOS DE OLIVEIRA KLUG, Assessor(a) do Gabinete do Ministro**, em 25/03/2020, às 16:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GOES, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares**, em 30/03/2020, às 16:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bueno de Melo, Coordenador(a)-Geral de Gestão de Governança de TIC**, em 07/04/2020, às 16:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11161428** e o código CRC **8AE3A6EA**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08011.000046/2017-68

SEI nº 11161428